

OITO MILHÕES DE EUROS

‘Trabalho invisível’ com Bruxelas recupera milhões para agricultura

A reversão do corte europeu é uma luta ganha por Miguel Albuquerque, Pedro Calado e Fernanda Cardoso. Um trabalho quase invisível e persistente, em várias frentes, que deu resultado sexta-feira passada. Agora falta estender a decisão até 2027.

Por Agostinho Silva
agostinhosilva@jm-madeira.pt

Os agricultores da Madeira e dos Açores podem contar com mais quatro milhões de euros em cada ano do período transitório 2021-22. Sexta-feira passada o Conselho e o Parlamento Europeu acolheram, finalmente, as reivindicações das Regiões Ultraperiféricas, com destaque para os governos da Madeira e Açores.

Para já, Bruxelas decidiu reverter o anunciado corte de 3,9% nas verbas do POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade) apenas para os próximos dois anos. Mas entre os governantes das Regiões Autônomas reina otimismo e esperança: a 1 de janeiro, Portugal assume a Presidência da União Europeia e este é um dos dossiers que pode ter evolução positiva.

Persistência da RAM

O acordo da passada sexta-feira entre o Conselho e o Parlamento Europeu prevê a reversão do corte de 3,9% do POSEI durante o período transitório (2021 e 2022). Em vez dos 29 milhões de euros de acréscimo até ao período que termina em 2027, para já estão garantidas as verbas referentes a dois anos, que equivalem a cerca de 8,3 milhões de euros.

A negociação para os demais anos será feita numa fase posterior, já na Presidência Portuguesa da União Europeia, que se inicia dentro de um mês. “Não foi ainda a decisão global, mas estamos no bom caminho”, confidencia ao JM fonte governativa.

O POSEI - Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade apoia as regiões ultraperiféricas da UE que enfrentam desafios es-



A reversão em Bruxelas resulta também da persistência madeirense.

pecíficos devido ao afastamento, à insularidade, à pequena dimensão, à topografia difícil ou ao clima. Além disso, apoia aquelas que dependem economicamente de apenas alguns produtos.

Depois de muita negociação, e de muitas diligências ao nível político, com destaque para intervenções incisivas do presidente Miguel Albuquerque e do seu vice-presidente Pedro Calado, em diferentes patamares das

instituições europeias e também através da sensibilização persistente junto do Governo da República, a Madeira viu finalmente anulada a redução prevista de 3,9% para o orçamento do POSEI para o período 2021-2027. Neste particular, destaca-se também a ação desenvolvida, a um nível diferente mas igualmente incisivo, pela diretora regional dos Assuntos Europeus. Este era e continua a ser um dossier a que Fernanda

Cardoso tem dedicado particular atenção, também no âmbito das negociações sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual e do Plano de Recuperação.

O acordo foi alcançado na passada sexta-feira nas negociações entre o Conselho, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, fazendo com que os valores do POSEI para o período transitório 2021-2022 se mantenham ao nível dos valores de 2014-2020,

como era a intenção do Governo Regional da Madeira. O Parlamento Europeu e o Conselho deverão agora adotar o acordo formal a 13 e a 15 de dezembro próximos, respetivamente, sendo possível que a decisão se estenda a todo o período, até 2027.

Em termos concretos, a Madeira e os Açores conseguem, no seu conjunto, um acréscimo face à proposta inicial na ordem dos 8,3 milhões de euros para os primeiros dois anos do programa, o que equivale a um montante superior a 4 milhões de euros por ano. Visto que estes valores destinam-se sobretudo a medidas a favor das produções agrícolas locais, permitindo apoios aos produtores, é fácil perceber a importância do acordo agora alcançado.

Em termos globais, o montante desajado para as duas Regiões Autônomas no período 2021-2027 deverá passar dos cerca de 715 milhões de euros iniciais para os 744 milhões de euros, perfazendo um montante anual na ordem dos 106 milhões de euros.

Fontes conhecedoras desde processo realçam o papel do Governo Regional da Madeira em todas as negociações, tendo o presidente Albuquerque efetuado várias diligências, em vários ‘tabuleiros’. Foram igualmente feitas diligências pelo vice-presidente, nomeadamente junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, e pelo secretário regional da Agricultura, nomeadamente junto do Ministério da Agricultura, que ajudaram neste desfecho. Merece igualmente destaque a ação da Fernanda Cardoso, já que a Direção Regional dos Assuntos Europeus aproveitou todas as oportunidades para reivindicar a reposição dos valores do POSEI - um trabalho invisível, mas digno de registo - reforçam as fontes contactadas pelo JM.

Efeitos já em janeiro

A Comissão registou hoje com agrado o acordo político entre o Parlamento Europeu e os Estados-Membros da UE no Conselho sobre as regras da política agrícola comum (PAC) para o período transitório 2021-2022. Estas regras baseiam-se no princípio da continuidade das atuais regras da PAC, incluindo, simultaneamente, novos elementos, com vista a uma transição harmoniosa. O acordo abrange igualmente a integração dos fundos do Instrumento Europeu de Recuperação (IER) no Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento

Rural (FEADER), permitindo a recuperação e resiliência da economia agrícola e rural na sequência da pandemia de coronavírus.

As dotações nacionais durante este período transitório serão as acordadas para o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027. Entretanto, a Comissão continua a apoiar os esforços para concluir o acordo sobre o próximo orçamento de longo prazo e o Next Generation EU o mais rapidamente possível, de modo a que todos os novos programas possam ter início em 1 de janeiro de 2021.